

# UM NOVO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA: AULAS REMOTAS NO ESTADO DO PARANÁ.

## A NEW LOOK AT BASIC EDUCATION IN PANDEMIC TIMES: REMOTE CLASSES IN THE STATE OF PARANÁ.

Marcia Vorpagel Serschon

Michel Alves da Cruz

### Resumo

Um novo cenário tem se constituído neste ano de 2020 na educação a nível mundial. Sendo assim, faz-se necessário delinear esse momento histórico. Desta forma, este artigo vem ao encontro da necessidade em abordar a educação brasileira em tempos de pandemia. A pandemia do novo coronavírus, o Covid-19, fez com que a realidade das escolas de ensino regular e profissionalizante em todo o Brasil constituísse um novo formato de ensino, já que o ensino presencial teve sua interrupção. Com o objetivo de evitar a propagação do vírus em uma escala ainda maior a que o Brasil se encontrava, medidas como a suspensão das aulas presenciais foram tomadas no mês de março de 2020, buscando a redução da propagação do novo vírus. Tal medida de suspensão das aulas presenciais nas redes públicas e privadas de ensino básico no Brasil, estabeleceu um novo quadro nunca vivenciado anteriormente: fez-se necessário estabelecer um ensino remoto e assim dar sequência ao ano letivo em questão. De acordo com o relatório do Banco Mundial, mais de 1,5 bilhões de alunos ficaram sem estudos presenciais em 160 países. Com este contexto, estados e municípios tiveram que buscar saídas emergenciais para a continuidade das atividades escolares. A solução encontrada para a continuidade do ensino, foi com o auxílio de suportes remotos de ensino e a introdução de novas metodologias, apoiadas em tecnologias digitais, pois, de uma hora para outra, as aulas presenciais foram substituídas para a modalidade de ensino a distância (EAD), obrigando professores/as e alunos/as a um aprendizado rápido de novas tecnologias de comunicação e informação (TICs).

**Palavras-chave:** Pandemia. Ensino remoto. Tecnologias

### Abstract

A new scenario has emerged in this year of 2020 in education worldwide. Therefore, it is necessary to outline this historic moment. Thus, this article meets the need to address Brazilian education in times of pandemic. The pandemic of the new coronavirus, Covid-19, made the reality of regular and vocational schools across Brazil a new teaching format, since face-to-face teaching was interrupted. In order to prevent the spread of the virus on an even greater scale than Brazil was, measures such as the suspension of face-to-face classes were taken in March 2020, seeking to reduce the spread of the new virus. Such a measure of suspension of face-to-face classes in public and private basic education networks in Brazil, established a new framework never experienced before: it was necessary to establish remote education and thus continue the school year in question. According to the World Bank report, more than 1.5 billion students were left without face-to-face studies in 160 countries. With this context, states and municipalities had to seek emergency exits to continue school activities. The solution found for the continuity of teaching, was with the help of remote teaching supports and the introduction of new methodologies, supported by digital

technologies, because, from one hour to the next, the face-to-face classes were replaced for the distance learning modality (EAD), forcing teachers and students to quickly learn new communication and information technologies (ICTs).

**Keywords:** Pandemic. Remote teaching. Technology

## 1 Introdução

A pandemia do novo coronavírus, a Covid-19, constituiu um novo cenário no ensino presencial, tanto das universidades quanto da educação básica brasileira. A educação básica ou regular é constituída pelas seguintes etapas: a Educação Infantil compreende a creche e a pré-escola. Já o Ensino Fundamental I compreende do 1º ao 5º ano. O fundamental II compreende do 6º ao 9º ano, e a última etapa é constituída pelo Ensino Médio, profissionalizante e EJA. Todavia, neste artigo será abordado o ensino básico, que compreende o Ensino Fundamental I e II e o Ensino Médio, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado do Paraná. Com o objetivo de evitar a propagação do vírus em uma escala ainda maior, em meados de março de 2020, medidas como a suspensão das aulas presenciais foram necessárias para buscar a redução da propagação do novo vírus. Tal medida de interrupção das aulas presenciais nas redes públicas e privadas de ensino básico no Brasil e, em especial, neste presente trabalho, no estado do Paraná, estabeleceu um novo quadro nunca vivenciado anteriormente: fez-se necessário estabelecer um formato de ensino remoto para dar sequência ao ano letivo corrente.

De acordo com o relatório do Banco Mundial, mais de 1,5 bilhões de alunos ficaram sem estudos presenciais em 160 países. Já no Brasil, segundo dados divulgados em agosto de 2020 em pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado, apontou que entre os quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior no Brasil, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas devido à pandemia de covid-19, enquanto que 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas. Na rede pública, 26% dos alunos que estão tendo aulas online não possuem acesso à internet. Tais dados foram apresentados pelo senador Flávio Arns (Rede-PR), vice-presidente da Comissão de Educação (CE), em uma live nas redes sociais. A apresentação contou com a participação de representantes do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e dos movimentos Todos pela Educação e Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Para Arns, “A pandemia tem mostrado a face da desigualdade no Brasil e esse dado mostra que no acesso à educação isso não tem sido diferente. Nossa responsabilidade deve ser garantir que todos tenham as mesmas

oportunidades. Só assim poderemos avançar como país”, analisa o senador. Os dados da pesquisa apontam que, na opinião de 63% dos pais de alunos que tiveram aulas remotas, a qualidade do ensino diminuiu. O levantamento mostra ainda que 75% dos pais cujos filhos tiveram aulas remotas nos últimos 30 dias preferem que as aulas voltem a ser presenciais somente quando a pandemia acabar. A pesquisa concluiu que a nova realidade é preocupante, principalmente, no que diz respeito aos quase 18 milhões de estudantes da educação básica, pois são alunos que dependem mais dos recursos de aulas presenciais.

Neste contexto, União, Estados e Municípios tiveram que buscar saídas emergenciais para a continuidade das atividades escolares. A solução encontrada para a continuidade do ensino, foi com o auxílio de suportes remotos de ensino e a introdução de novas metodologias, apoiadas em tecnologias digitais, pois, de uma hora para outra, as aulas presenciais foram substituídas para a modalidade de ensino a distância (EAD), obrigando professores/as e estudantes a um aprendizado rápido do uso de novas tecnologias da informação e comunicação ou simplesmente (TICs).

Ainda referente a pesquisa do Instituto DataSenado, revela que a diferença entre a educação na rede pública e na rede privada também se revela no acesso dos alunos à internet. Dos lares cujos estudantes estão tendo aulas remotas na rede pública, 26% não possuem internet. Já na rede privada, o percentual cai para 4%. Ainda segundo os resultados, o celular (64%) e o computador (24%) são os equipamentos mais utilizados para acessar os materiais de estudo. O levantamento também revelou que sete em cada dez pais entrevistados, cujos filhos tiveram aulas remotas nos últimos 30 dias, relataram que o filho recebeu as atividades por meio on-line e outros 20% buscaram o material na escola de ensino fundamental e médio.

O Instituto DataSenado foi criado em 2005, com a missão de acompanhar, por meio de pesquisas, enquetes e análises, a opinião pública brasileira sobre o Senado, a atuação parlamentar e temas em discussão no Congresso Nacional. Porém, como apontado pela pesquisa DataSenado e citada acima, o ensino remoto não alcança a totalidade dos estudantes, revelando a face da desigualdade social brasileira.

## **2 Fundamentação teórica**

### **2.1 Buscando caminhos: ao encontro da tecnologia digital**

Em diversos estudos sobre a realidade nacional, constata-se que um terço de nossa população vive na pobreza absoluta e com baixos níveis de escolaridade, sem acesso à

educação, ao trabalho, à renda, à moradia, ao transporte e à informação. Embora o país tenha mudado significativamente ao longo do último século, estes índices de desigualdades sociais mantiveram-se. É neste quadro que se insere a exclusão digital e presenciada expressivamente neste período de pandemia. Deste modo, a ideia de transformar a cidadania digital em política pública consolida alguns pontos: o reconhecimento de que a exclusão digital amplia a desigualdade social. Também deve-se considerar que o mercado não irá incluir na era da informação grupos sociais menos privilegiados. O mesmo se passou na alfabetização da população, ela não seria massiva se não fosse pela transformação da educação em política pública. Faz-se necessário como condição essencial a participação do Estado neste processo. Segundo Martini (2005) o que se objetiva tão somente é o uso livre da tecnologia da informação, com a ampliação da cidadania, o combate à pobreza, a garantia da privacidade e da segurança digital do cidadão, a inserção na sociedade da informação e o fortalecimento do desenvolvimento local. Os excluídos digitais estão à margem da sociedade, constituindo um fenômeno chamado por alguns teóricos de analfabetismo digital.

Face à pandemia, o Governo do Paraná implantou ensino remoto para mais de um milhão de alunos da rede pública. Por um lado, a Secretaria de Educação afirma que o programa é um sucesso por atingir 99% dos estudantes. Porém, alguns professores questionam a qualidade da aprendizagem e os números apresentados pelo governo.

A solução elencada na educação pública paranaense, desde o início de abril de 2020, é o aplicativo “Aula Paraná” e que funciona por transmissão via TV aberta, internet, aplicativo para smartphone. Já para os estudantes que não possuem nenhum tipo de acesso a internet, é ofertada a impressão de atividades que devem ser retiradas na escola pelos próprios estudantes ou responsáveis.

Segundo o Sindicato Paranaense dos Professores (APP), que representa os profissionais da educação no Paraná, tem o seguinte posicionamento: “No nosso entendimento é uma inconstitucionalidade de oferta, já que não está sendo oferecido igualmente. Há famílias com três ou quatro filhos que possuem apenas um celular e não têm computador. Em muitas cidades, o canal digital não funciona. Não basta divulgar os números de acesso se a aprendizagem não tem qualidade”, ressaltou o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão.

Contudo, ao analisar dados sobre a presença de estudantes nas aulas remotas, a Secretaria Estadual de Educação do Paraná afirma que, em média, 10.070 estudantes, ou seja, 1% do total, não está entregando as atividades propostas, sejam elas remotas ou

presenciais. O secretário estadual de Educação Renato Feder diz que o dado é contabilizado por um programa que analisa a entrega das lições de casa pelos alunos no Google Classroom.

Para os estudantes que não possuem acesso à internet por meio de banda larga, o Estado disponibilizou aulas por meio de vídeos e a cobertura é feita pelos canais digitais, cujo contrato com uma TV aberta gira em torno de R\$ 600 mil por mês. Além da transmissão da aula pela TV aberta, é ofertado o serviço móvel de 3G e 4G. O celular foi uma das principais soluções encontradas para o enfrentamento da pandemia. Para isso foi desenvolvido um aplicativo que funciona tanto em aparelhos Android quanto em iOS e ofertado um pacote de internet (3G e 4G) gratuito.. Em pesquisa recente realizada pelo Instituto DataFolha sobre “Educação não presencial na perspectiva dos estudantes e suas famílias”, apontou que o aplicativo Aula Paraná, sistema de aulas não presenciais do Estado, alcança 97% dos estudantes. No Brasil o índice é de apenas 79%, enquanto na região Sul, a média sobe para 93%.

Os dados apontados pela pesquisa, colocam o Paraná entre as melhores soluções de aulas durante o período de pandemia, comprovando também os dados apontados pelo Business Intelligence (BI), sistema próprio de monitoramento da plataforma, que indica uma alta participação dos estudantes, cerca de 97%, no ensino remoto implementado no estado do Paraná. Tais índices estão atrelados a grande variedade de soluções criadas pelo Governo do Paraná para o enfrentamento dos desafios da pandemia. São diversos os meios disponibilizados para que alunos possam acompanhar os conteúdos. O sistema conta com três canais digitais de TV aberta, aplicativo de celular com internet gratuita, canal Aula Paraná no Youtube, salas virtuais do Google Classroom e materiais impressos. Esse conjunto fez com que o acesso às aulas remotas seja amplo.

## **2.2 Uma direção incerta, porém, sem volta**

A pandemia trouxe à tona uma questão que há tempos encontra-se nas pautas de discussões relacionadas ao ensino a distância, a EAD e o uso de tecnologias digitais na educação. As mudanças na sociedade, as formas de ensinar também sofreram alterações nas últimas décadas, tantos os professores como os alunos percebem que muitas aulas ditas tradicionais, estão ultrapassadas. Portanto, é fundamental a pergunta, parafraseando aqui Drummond, “você marcha, José! José, para onde?” Para onde mudar? Como ensinar e aprender em uma sociedade globalizada, interconectada? Referenciada pela trama conceitual freireana que destaca a categoria ensino-aprendizagem, esta pesquisa caracteriza-se pela

observação do contexto de ensino remoto, de abordagem qualitativa, com a intenção de apreender a práxis por meio da análise de produções bibliográficas, pesquisas em sites e pesquisas divulgadas. Neste viés, Paulo Freire escreve

Ensinar um conteúdo pela apropriação ou a apreensão deste por parte dos educandos demanda a criação e o exercício de uma séria disciplina intelectual a vir sendo forjada desde a pré-escola. [...] Mas, assim como não é possível ensinar a aprender, sem ensinar um certo conteúdo através de cujo conhecimento se aprende a aprender, não se ensina igualmente a disciplina de que estou falando a não ser na e pela prática cognoscente de que os educandos vão se formando sujeitos cada vez mais críticos (FREIRE, 2006, p.82).

As mudanças são importantes e necessárias para mudar a sociedade. As tecnologias estão cada vez mais presentes no cotidiano das famílias, empresas, escolas, enfim, o espaço digital é um caminho sem volta. Portanto, é indispensável que haja investimentos, políticas públicas para que essas tecnologias sejam espaços de inclusão e não de exclusão, visando ter todas as classes sociais conectadas à internet. O ideal é que cada estudante tivesse acesso a um notebook. Porém, a pandemia desvela que ainda estamos distantes na equidade social. Faz-se necessário um investimento em educação a distância, educação contínua, cursos de curta duração. Mas, claro, só a tecnologia não basta. “Ensinar é um desafio constante” e agravado no atual cenário pandêmico.

A tecnologia apresenta-se como meio, especialmente neste momento, para colaborar no processo de mediação na aprendizagem. Ela tem sua importância como um instrumento para favorecer a aprendizagem de alguém, como uma ferramenta a mais. Não é a tecnologia que vai resolver o problema educacional do Brasil. Poderá colaborar, porém, se for usada adequadamente.

Segundo Moran (2006), Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Por conseguinte, é esta modalidade de ensino que o Estado do Paraná tem optado para garantir o ensino no período de pandemia.

### **Considerações finais**

Mesmo que existam prós e contras na aplicação da EAD, é necessário refinar estratégias e atentar para o dever de adequação por parte do sujeito/usuário/aluno como aquele que está inscrito numa formação social, e que assume uma posição-sujeito que busca uma certa autonomia. Negá-la tampouco traria benefícios na busca da solução para a presente realidade em que estamos inseridos. A internet é reconhecida como a grande revolução que

transformou a relação entre os sujeitos e a sociedade como um todo. O mundo globalizado cria condições de produção que envolve os sujeitos numa ampla rede de relações dinâmicas e de obtenção de conhecimento no universo virtual, sendo a EAD uma modalidade de ensino de significativa conexão com o sujeito de seu tempo e que vem ao encontro a suprir a falta do ensino presencial suspenso em razão do isolamento social. O conceito de ensinar está mais ligada ao professor que transmite conhecimentos e experiências ao aluno. Já o conceito de aprender está diretamente ligada ao aluno que produz reflexões e conhecimentos próprios, pesquisas, diálogos, debates, mudanças de comportamento. Numa palavra o aprendiz cresce e desenvolve-se, o professor fica como mediador entre o aluno e sua aprendizagem. O aluno assume o papel de aprendiz ativo e participante que o leva a aprender e a mudar seu comportamento. Na sala de aula, o feedback entre aluno e professor é direto e permanente, pois basta olhar ao redor para perceber se há o engajamento dos alunos, se a classe está compreendendo o que está sendo ensinado, etc. No ensino a distância, não há esse controle. Daí a necessidade de pensar em soluções e repensar as práticas.

Por isso, muito mais do que apenas como intermédio das tecnologias e da internet, o EAD também requer uma reflexão sobre metodologias, o que exige ainda mais dos professores diante do cenário de pandemia da Covid-19. Apesar dos inúmeros desafios do ensino a distância durante a pandemia da Covid-19, professores/as, alunos/as e familiares tem buscado adaptar-se à realidade, promovendo uma troca de aprendizagens satisfatória, pois o mais importante neste momento é proteger a vida de todos. Neste sentido, o Estado tem dado um certo suporte para que o ensino chegue até os estudantes, garantindo a continuidade do ano letivo de forma a contemplar o maior número de estudantes da rede pública.

## Referências

ALMEIDA, M. E. B. de. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n.2, p. 327-340, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a10v29n2.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é educação a distância?** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/355-perguntas-frequentes-911936531/educacao-a-distancia-1651636927/12823-o-que-e-educacao-a-distancia.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MORAN, J. M., MASETTO, M. e BEHRENS, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 12. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

### **Sites**

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2499-8.pdf>

<https://www.apufsc.org.br/2020/07/08/ensino-remoto-no-parana-governo-fala-em-sucesso-professores-questionam-qualidade-da-aprendizagem-dos-alunos/>

<https://ensinointerativo.com.br/desafios-da-educacao-em-tempos-de-pandemia-da-covid-19/>